

Muitas respostas foram dadas a essas perguntas, desde engenharia de sistemas eleitorais, influências partidárias, cultura política, papéis sociais, caráter pessoal e diferenças intrínsecas de gênero, entre outras. Uma resposta definitiva e completa provavelmente teria que agregar um composto deles e excederia os limites desta proposta. Mas vamos dar uma olhada no que alguns pesquisadores têm que comentar sobre o assunto.

2.1 Uma revisão concisa da literatura

Parece haver um consenso de que alguns arranjos institucionais tendem a ser mais eficazes para promover mulheres em cargos políticos. A esse respeito, prevalece a visão de que a representação proporcional com distritos maiores é propensa a eleger mais mulheres. Qualquer movimento em direção a distritos majoritários de um único membro ou em direção a distritos menores com menos representantes provavelmente seria seguido por uma diminuição no número de mulheres em cadeiras (de acordo com, por exemplo, Norris, 2006; Alves e Araújo, 2007, p. 539; Matland, 2005, pp. 100-105; Araújo, 2001a, p. 27; Norris, 2004, pp. 179-181; e Nicolau, 2004, pp. 83-86).

Além desse aspecto, no entanto, um breve vislumbre da literatura pode revelar que alguns pesquisadores acharam bastante difícil gerar consenso sobre como outros fatores sistêmicos e mais gerais têm influenciado as realizações políticas das mulheres. Tem havido muito debate sobre como diferentes instituições eleitorais, em diferentes sistemas eleitorais, se entrelaçam para gerar baixa representação política feminina. Também houve muito debate sobre como as cotas de gênero interagem com diferentes regras eleitorais para ter sucesso ou fracassar em proporcionar uma maior representação das mulheres. Listas fechadas ou abertas, pré-ordenadas ou não ordenadas, posições competitivas obrigatórias e outras regras dividiram opiniões de pesquisadores com casos fortes de cada lado (ver, por exemplo, de um lado: Miguel, 2000, p. 99; Htun, 2001, p. 228; Araújo, 2001a, pp. 28-29; Araújo, 2001b, pp. 241-243; Araújo, 2003, pp. 13-14; Cypriano, 2006, p. 63; e do outro lado: Schmidt, 2003, p. 9; Rule e Shutgart, 1995).

Se, em vez de focarmos nas regras eleitorais, mudarmos nossa atenção para o desenvolvimento socioeconômico e a demografia, as conclusões podem ser ainda mais confusas. Tomemos, por exemplo, as taxas de mulheres nos parlamentos de alguns países menos desenvolvidos em comparação com as democracias de longa data das economias mais desenvolvidas. Em teoria, quanto mais industrializado é um país, mais pessoas têm